

## PROJETO DE LEI Nº       , DE 2020

Autoriza os agentes financeiros dos fundos constitucionais de financiamento de que trata o art. 159, I, c, da Constituição a renegociarem as dívidas no âmbito dos respectivos fundos constitucionais.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os agentes financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ficam autorizados a realizar aditamento contratual dos empréstimos e financiamentos realizados com recursos desses fundos, suspendendo os pagamentos devidos, vencidos e vincendos, referentes aos meses de agosto a novembro de 2020.

§ 1º Para aplicação do disposto neste artigo, os aditamentos contratuais deverão ser firmados no exercício financeiro de 2020.

§ 2º A retomada dos pagamentos suspensos começará a partir de janeiro de 2021, sendo que os pagamentos suspensos de que trata o *caput* poderão ser pagos:

I – a partir de janeiro de 2021, com a diluição dos valores entre as prestações restantes do empréstimo ou financiamento;

II – por meio de expansão do prazo final da operação, desde que a ampliação não se dê por período superior ao da suspensão dos pagamentos;

III – em até quatro prestações mensais, iguais e sucessivas a partir de janeiro de 2021, caso o prazo do contrato se encerre em 2020.

§ 3º Serão mantidas as mesmas condições financeiras dos contratos em vigor.

§ 4º O regulamento disporá, entre outros temas, sobre:

I – a documentação necessária para a realização do aditamento contratual;

II – os prazos para a assinatura do aditamento de que trata o *caput*;

III – o montante de recursos e as condições em que o FNO, FNE e FCO irão ressarcir seus agentes financeiros, Banco da Amazônia S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., respectivamente, por eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da aplicação do disposto nesta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei foi motivado por solicitação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Mato Grosso do Sul – Fecomércio MS. Como é de amplo conhecimento, a pandemia da Covid-19 afetou adversamente os negócios em todo País. A situação dramática enfrentada pelos empresários da Fecomércio MS reflete, em larga medida, todas as dificuldades vivenciadas pelos empresários do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, reconhecidamente as regiões com menor grau de desenvolvimento econômico do País. A abrupta queda nos negócios prejudicou fortemente a liquidez das empresas. Dessa forma, firmas bem estruturadas, com previsão de fluxo de caixa positivo após o retorno da normalidade, podem se ver obrigadas a encerrar suas atividades se não houver ação tempestiva e adequada por parte do Congresso Nacional.

Desde o início da pandemia, temos trabalhado intensivamente para mitigarmos seus efeitos, seja sobre a saúde, seja sobre a economia. Destaco, por exemplo, a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, que resultou na Lei Complementar nº 173, de 2020. Essa Lei Complementar autorizou estados e municípios a suspenderem os pagamentos devidos às instituições financeiras em 2020. A motivação foi o reconhecimento da grave situação fiscal dos entes subnacionais, diante da forte queda de suas receitas e da irredutibilidade de suas despesas.

A situação dos empresários não é diferente. Suas receitas caíram, mas várias despesas permaneceram, como pagamento de aluguéis, salários e compromissos com fornecedores. Por esse motivo, assim como entendemos e propusemos solução para a situação dos estados e municípios, proponho algo similar para os empresários das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O constituinte original, ciente das peculiaridades dessas regiões, instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de fornecer crédito em condições especiais para projetos ali implementados e, com isso, contribuir para um desenvolvimento mais balanceado entre as diferentes regiões do Brasil. É natural, portanto, que esses Fundos contribuam, neste momento de crise, para a sobrevivência das empresas. A contribuição virá por meio de autorização para suspensão dos pagamentos devidos entre agosto e novembro de 2020. O pagamento será postergado para a partir de janeiro de 2021, podendo ser diluído entre as prestações remanescentes previstas em contrato ou ser acrescentadas até quatro prestações adicionais ao prazo original.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante projeto.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET